**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DE SÃO CARLOS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31/12/ 2018 E 31/12/2017**

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DE SÃO CARLOS - SICOOB CREDIACISC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **11/04/2005**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIACISC** possui 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO CARLOS - SP**.

O **SICOOB CREDIACISC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/2/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	579.603	514.117
Relações interfinanceiras - centralização financeira	964.028	-
TOTAL	1.543.631	514.117

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Depósitos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	12.835.348	8.196.161
TOTAL	12.835.348	8.196.161

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração de, aproximadamente, 99% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	964.028	-
TOTAL	964.028	-

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	16.234	-	16.234	28.550
Empréstimos	3.269.820	1.109.324	4.379.144	5.076.114
Títulos Descontados	1.008.720	-	1.008.720	1.063.587
Financiamentos	272.672	231.125	503.797	545.551
(-) Provisões para Operações de Crédito	(201.447)	(45.848)	(247.295)	(306.508)
TOTAL	4.365.999	1.294.601	5.660.600	6.407.294

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação				/ Conta Garantida		31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
AA	-	Normal	27.355	-	-	27.355	-	128.583	-
A	0,50%	Normal	2.292.235	70.836	421.663	2.784.734	(13.924)	1.849.191	(9.246)
B	1%	Normal	1.437.618	424.219	31.223	1.893.060	(18.931)	3.219.984	(32.200)
B	1%	Vencidas	18.370	3.366	-	21.736	(217)	63.997	(640)
C	3%	Normal	464.256	114.078	24.978	603.312	(18.099)	764.196	(22.926)
C	3%	Vencidas	37.283	3.164	15.185	55.632	(1.669)	103.631	(3.109)
D	10%	Normal	254.207	58.993	10.748	323.948	(32.395)	69.681	(6.968)
D	10%	Vencidas	26.587	3.020	-	29.607	(2.961)	211.774	(21.177)
E	30%	Normal	-	-	-	-	-	42.184	(12.655)
E	30%	Vencidas	-	28	-	28	(9)	46.117	(13.835)
F	50%	Normal	1.412	-	-	1.412	(705)	-	-
F	50%	Vencidas	17.372	-	-	17.372	(8.686)	56.498	(28.249)
G	70%	Vencidas	-	-	-	-	-	8.209	(5.746)
H	100%	Normal	12.077	1.591	-	13.668	(13.667)	15.234	(15.234)
H	100%	Vencidas	101.665	34.366	-	136.031	(136.032)	134.523	(134.523)
Total Normal			4.489.160	669.717	488.612	5.647.489	(97.721)	6.089.053	(99.229)
Total Vencidos			201.277	43.944	15.185	260.406	(149.574)	624.749	(207.279)
Total Geral			4.690.437	713.661	503.797	5.907.895	(247.295)	6.713.802	(306.508)
Provisões			(192.281)	(50.314)	(4.700)	(247.295)	-	(306.508)	-
Total Líquido			4.498.156	663.347	499.097	5.660.600	-	6.407.294	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.086.025	1.486.368	1.109.324	3.681.717
Financiamentos	84.932	187.740	231.125	503.797
Conta Corrente	501.519	212.143	-	713.662
TOTAL	1.672.476	1.886.251	1.340.449	4.899.176

(*) Não contempla adiantamento à depositantes, cheque especial e provisão para crédito de liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	138.876	1.127.790	279.289	1.545.955	26%
Setor Privado - Indústria	-	-	35.959	35.959	1%
Setor Privado - Serviços	403.101	1.828.081	551.507	2.782.689	47%
Pessoa Física	111.754	588.693	-	700.447	12%
Outros	59.931	640.950	141.964	842.845	14%
TOTAL	713.662	4.185.514	1.008.719	5.907.895	100%

(*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(306.508)	(183.847)
Constituições	(3.873.018)	(3.550.920)
Reversões	3.932.231	3.428.259
TOTAL	(247.295)	(306.508)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	279.584	5,00%	480.759	7,00%
10 Maiores Devedores	1.800.866	31,00%	2.289.280	34,00%
50 Maiores Devedores	3.804.342	65,00%	4.497.066	67,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	928.456	757.390
Valor das operações transferidas no período	629.433	757.657
Valor das operações recuperadas no período	(484.243)	(586.591)
TOTAL	1.073.646	928.456

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$436,311, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças honrados	-	7.339
Rendas a Receber	20.999	18.652
Diversos (a)	143.330	85.989
(-) Provisões para Outros Créditos	-	(7.339)
TOTAL	164.329	104.641

(a) Em Devedores Diversos estão registrados pendências a regularizar (R\$ 148); diferença de caixa (R\$ 50); impostos a compensar (R\$ 191); tarifas a receber (R\$ 37.300), cofre inteligente a depositar pela proteção (R\$ 105.641)

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	192.032	-
Despesas Antecipadas (b)	20.010	-
TOTAL	212.042	-

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a constituição de fundo para estabilidade e liquidez.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	204.157	153.045
Participações inst financ controlada coop crédito	119	119
Participações empr controlada coop central crédito	1.040	1.040
TOTAL	205.316	154.204

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Instalações	10%	42.204	39.277
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(13.630)	(9.434)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	143.971	133.168
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(58.838)	(45.341)
Sistema de Comunicação	20%	12.975	12.855
Sistema de Processamento de Dados	10%	135.384	118.517
Sistema de Segurança	10%	28.331	23.668
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-	(86.693)	(63.003)
TOTAL		203.704	209.707

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	6.920.393	4.553.419
Depósito Sob Aviso	32.145	52.329
Depósito a Prazo	9.676.708	7.187.090
TOTAL	16.629.246	11.792.838

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	850.086	5,00%	698.618	6,00%
10 Maiores Depositantes	4.491.451	27,00%	3.543.671	31,00%
50 Maiores Depositantes	10.958.598	67,00%	8.456.718	73,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(3.210)	(4.659)
Despesas de Depósitos a Prazo	(574.998)	(669.212)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(21.640)	(16.226)
TOTAL	(599.848)	(690.097)

12. Outras Obrigações

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	45.606	91.054
Resultado de Atos com Associados (a)	8.651	17.367
Resultado de Atos com Não Associados (a)	12.073	41.291
Cotas de Capital a Pagar (b)	72.880	9.402
TOTAL	139.210	159.114

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	58.227	41.819
TOTAL	58.227	41.819

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	44.453	37.221
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	134.866	123.080
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	15.543	6.988
Credores Diversos – País (c)	109.216	23.787
TOTAL	304.078	191.076

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 121.160); provisão outras despesas administrativas (R\$ 13.706)

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de (R\$ 600.030), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se a pendências a regularizar (R\$ 89.453); sobras caixa (R\$ 1.223); cheques descontados (R\$ 10.968); pagamentos a efetuar a fornecedores (R\$ 6.693) e pagamento a efetuar a Uniodonto funcionários (R\$ 879).

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIACISC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	2.998.776	2.748.674
Associados	1.676	1.171

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/03/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 117.259

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	182.421	364.610
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(12.073)	(19.731)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	170.348	344.879
Destinações estatutárias	-	-
Reserva legal - 20%	(34.069)	(34.488)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(8.517)	(17.244)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	127.760	293.147

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	65.975	43.476
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	-	510
Rendas Juros Cartão De Crédito	37.853	-
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	5.555	-
Crédito receita SIPAG - Faturamento	880	-
Distribuição De Sobras Da Central	16.979	3.662
Outras Rendas Operacionais	37.382	12.650
TOTAL	164.624	60.298

16.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	112.807	82.502
Rendas de Empréstimos	1.659.131	1.694.048
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	355.488	426.248
Rendas de Financiamentos	117.122	151.313
Rendas de Títulos de Renda Fixa	670.414	667.319
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	129.202	40.666
TOTAL	3.044.165	3.062.096

17. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de honorários	(8.162)	-
Despesas de pessoal - Benefícios	(289.559)	(182.485)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(318.827)	(216.681)
Despesas de pessoal - proventos	(931.612)	(620.494)
Despesas de remuneração de estagiários	(3.000)	(26.760)
TOTAL	(1.551.160)	(1.046.420)

18. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de água, energia e gás	(29.523)	(23.269)
Despesas de aluguéis	(76.703)	(77.564)
Despesas de comunicações	(145.531)	(92.200)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(17.113)	(44.978)
Despesas de material	(15.027)	(21.878)
Despesas de processamento de dados	(139.539)	(139.641)
Despesas de promoções e relações públicas	(5.875)	(6.500)
Despesas de propaganda e publicidade	(4.170)	(3.330)
Despesas de publicações	(850)	-
Despesas de seguros	(36.945)	(21.759)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(235.555)	(193.129)
Despesas de serviços de terceiros	(100.360)	(117.007)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(224.645)	(137.232)
Despesas de serviços técnicos especializados	(71.941)	(50.872)
Despesas de transporte	(64.093)	(65.489)
Despesas tributárias	-	(1.969)
Despeda de viagem no país	(7.470)	(6.386)
Outras despesas administrativas	(360.548)	(317.627)
Despesas de amortização	(6.522)	(7.178)
Despesas de depreciação	(41.383)	(29.321)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Garantias Financeiras Prestadas	(8.555)	(4.747)
TOTAL	(1.592.348)	(1.362.076)

19. Dispêndios e despesas tributárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Contribuição ao Cofins	(16.986)	(9.376)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(12.337)	(7.508)
TOTAL	(29.323)	(16.884)

20. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(11.374)	(4.547)
Despesas de Descontos Concedidos	(230)	(115)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(99.337)	(76.372)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(630)	(1.380)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(460)	(1.100)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(33.677)	(36.256)
Outras Despesas Operacionais	(81.699)	(3.841)
TOTAL	(227.407)	(123.611)

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	3.542	-
Ganhos de Capital	4.915	14.019
Outras Rendas não Operacionais	11	-
(-) Perdas de Capital	(6.410)	(5.813)
Resultado Líquido	2.059	8.206

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	279.384	0,74%	1.700
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	99.331	0,26%	341
TOTAL	378.715	1,01%	2.042

Montante das Operações Passivas	275.000,00	1,95%	
--	------------	-------	--

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	12.360	(124)	11%
Conta Garantida	14.519	(145)	2%
Empréstimo	61.719	(550)	2%
Financiamento	82.455	(412)	16%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	231.032	3,35%	0%
Depósitos a Prazo	1.342.255	13,83%	0,48%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,17%	-
Financiamento	1,23%	-
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,82%	-

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	1,58%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,19%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	294.175

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

f) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(8.162)
Encargos Sociais	(2.108)
Plano de Saúde	-

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DE SÃO CARLOS - SICOOB CREDIACISC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIACISC** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial

e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Índice basileia	24,77%	32,33%

27. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica da cooperativa **SICOOB CREDIACISC**, em 31/12/2018, não existiam processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, classificados com perda possível.

SÃO CARLOS-SP, 31 de dezembro de 2018

JOSE EDUARDO CASEMIRO

DIRETOR PRESIDENTE

DIMAS ANTONIO ALVES DE FIGUEIREDO

CONTADOR 129675/0-9